

# “PATRIMÔNIO E REFERÊNCIAS CULTURAIS NAS SUB-PREFEITURAS”: UM PROGRAMA DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE SÃO PAULO.

---

*Mirthes Baffi\**

## “HERITAGE AND CULTURAL REFERENCES IN THE DISTRICTS CITY HALLS”: A PROGRAM MANAGEMENT AND VALORIZATION OF THE CULTURAL HERITAGE OF THE CITY OF SÃO PAULO

**Resumo:** O Programa de Valorização do Patrimônio Cultural nas Sub Prefeituras, aqui referenciado, é uma ação de Educação Patrimonial, de iniciativa do Departamento do Patrimônio Histórico e direcionado a técnicos de outras unidades da Prefeitura que lidam com a preservação do Patrimônio Material protegido da cidade e também direcionado à sociedade civil em geral, considerando que só a ação integrada dessas 3 instancias (técnicos do DPH, encarregados de indicar e justificar ao proteção dos bens ; técnicos das Sub-prefeituras, encarregados da fiscalização desses bens protegidos e sociedade civil, a quem a proteção desse bens é destinada) pode garantir a real preservação dos bens legalmente protegidos. O programa é composto por power-points organizados por Sub-Prefeituras, abrangendo informações sobre questões conceituais, legais e históricas, relativas aos bens tombados em cada uma das unidades administrativas em que está sub-dividida a cidade (Sub-Prefeituras).

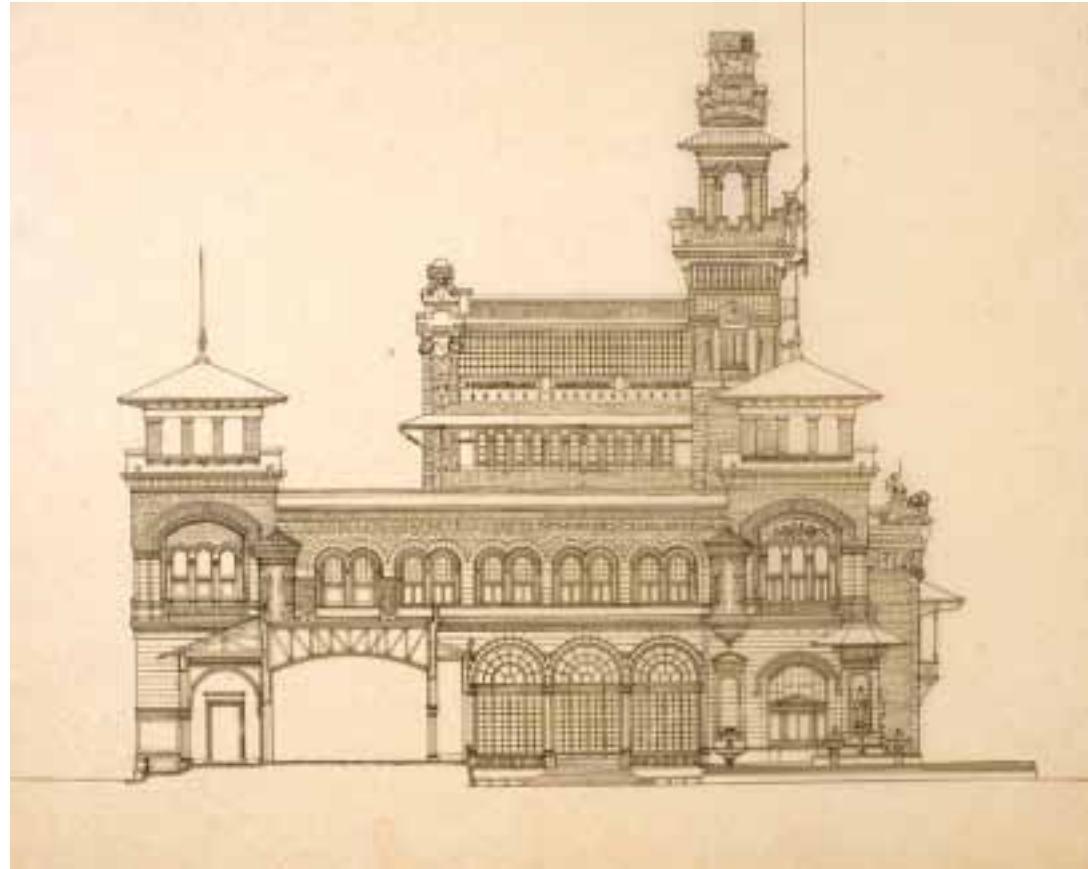
**Palavras chave:** patrimônio arquitetônico, bens tombados, educação patrimonial

**Abstract:** The Cultural Heritage Valorization Program in the Subprefectures is a educational course developed by the Department of Historical Heritage (DPH) of the city of São Paulo. It is aimed towards technicians from other units inside the City Hall that deal with the preservation of protected tangible heritage and also towards civil society in general; whereas only with the integration of these three jurisdictions (DPH technicians, in charge of indicating and justifying the protection of property; Subprefecture technicians, in charge of overseeing such protections and the civil society, to whom the conservation of these goods is intended) can guarantee the real preservation of the properties protected by law. The program consists of power point presentations organized by the subprefectures that include information about conceptual, legal and historical issues relating to the estates under governmental trust in each of the city’s administrative units.

**Keywords:** architectural heritage, legal protection, heritage education.

\*Arquiteta (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Arquiteto-restaurador (UFB); Curso de Especialização em Patrimônio Ambiental Urbano (USP); Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (UFB). Foi Diretora do Setor de Projetos de Áreas Verdes da Secretaria Estadual de Cultura; Diretora da Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da PMSP; Assessora da Comissão de Proteção da Paisagem Urbana (CPPU) da PMSP; Secretaria Geral do DOCCO-MOMO Brasil.

Figura 1 - Projeto do Palácio das Indústrias. Fachada oeste – elevação e corte parcial. Escritório Técnico Ramos de Azevedo. Acervo AHMWL/DPH/SMC/PMSP. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info18/i-inter.htm>. Data de acesso: 11/12/12



### Introdução

A criação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) ocorreu em um período em que as questões relativas à preservação do Patrimônio Cultural estavam na ordem do dia na cidade, provocando ações coletivas como as que levaram a impedir a demolição da antiga Escola Normal Caetano de Campos, como era previsto pela Cia. do Metro, para a construção da estação República, e que gerou grande impacto na mídia.. Outras ações do Metro, como a demolição do edifício Santa Helena, cujo valor simbólico e importância como palco de importantes atividades culturais não foram consideradas pela política de renovação urbana adotada pela empresa, também eram foco de manifestações através da imprensa.

Havia, portanto, um interesse especial pelo tema da Preservação do Patrimônio quando, em 1975, o DPH foi criado.

Nessa mesma época era realizado, na FAUUSP, com o apoio da Unesco, o primeiro CECRE, Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos, que se constituiu no primeiro fórum de discussão das questões do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Ambiental Urbano, no Brasil. No entanto, desde o final dos anos 60 do século passado, sob a inspiração da Carta de Veneza, documento fundamental para a reflexão sobre a questão da qualidade do ambiente urbano e sobre a necessidade de identificar e preservar essa qualidade, já ocorriam manifestações sobre esse assunto, em artigos publicados em revistas de arquitetura internacionais mas também as produzidas por autores nacionais, ligados à Universidade e que foram publicadas em revistas especializadas e em jornais, sob a forma de artigos.

Em que pese o aparente direcionamento de objetivos presente na denominação da instituição (Departamento do Patrimônio Histórico), a DPH procurou trabalhar, desde o seu início, com a questão do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Ambiental Urbano.

Isso é constatável ao se verificar quais as primeiras ações e trabalhos desenvolvidos pelo DPH, na segunda metade dos anos 70, mas fugiria ao nosso objetivo entrar por essa seara, neste momento.

A criação do CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo), deu-se em 1985; como se sabe, cabe ao Conpresp efetivar as ações de proteção legal do Patrimônio da cidade, assessorado tècnicamente pelo DPH.

Cabe ao Conpresp tomar os bens materiais (móveis e imóveis) a serem protegidos e que são indicados pelo DPH, assim como estabelecer as áreas envoltórias dos bens imóveis, com base nos estudos tècnicos do DPH.

Os bens imóveis a que nos referimos vão de edificações isoladas a áreas urbanas e bairros, podendo compreender ainda espaços públicos, áreas verdes e outras referencias ambientais.

Com relação às áreas envoltórias, as mesmas são estabelecidas a partir da avaliação do ambiente urbano no qual o bem protegido está inserido; é através da análise da qualidade ambiental desse entorno, de sua relação com o bem, que é definido um perímetro de proteção e estabelecidas as restrições consideradas necessárias à manutenção da qualidade desse ambiente urbano; essas restrições podem se referir ao controle

de gabaritos, estabelecimento dos recuos para novas edificações, permanência de vegetação existente, permeabilidade do solo ou outras restrições que forem julgadas necessárias.

No que se refere ao Patrimônio Imaterial, cabe também ao Conpresp proceder ao registro desse patrimônio, no Município.

A atuação do DPH/Conpresp, no entanto, tem se restringido, até agora, à preservação do Patrimônio Material, com algumas incursões bastante tímidas na área do Patrimônio Imaterial em face das múltiplas dificuldades enfrentadas por conta da falta de aparelhamento técnico do Departamento para enfrentar essas questões. Como se sabe, a admissão de pessoal técnico depende de concursos públicos que, por sua vez, dependem de enorme burocracia para serem realizados.

O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural nas Sub-Prefeituras, aqui referenciado, trata principalmente de ações visando assegurar a preservação do Patrimônio Material, patrimônio esse que é o que se encontra oficialmente e parcialmente protegido pelo Município, partindo da premissa de que assegurar a preservação desse patrimônio constitui-se num passo essencial na busca da preservação do Patrimônio Cultural em todas as suas manifestações.

O Programa tem como premissa a necessidade de envolver outros parceiros, além do DPH e Conpresp, nas ações de preservação e é a esses necessários parceiros que o programa é direcionado.

### **O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural nas Sub-Prefeituras.**

De iniciativa do DPH e direcionado aos técnicos da Prefeitura, principalmente os que lidam com o Patrimônio da cidade e também direcionado à população, o Programa pretende ser, ao mesmo tempo, informativo e motivador de uma ação complementar entre as partes envolvidas (população, técnicos das Sub-Prefeituras e Departamento do Patrimônio Histórico-DPH), na defesa e valorização do Patrimônio Cultural da cidade de São Paulo.

Em anos de atuação em prol da preservação do Patrimônio Cultural da cidade, considerando-se aí também o Patrimônio Ambiental Urbano, o DPH/Conpresp tem enfrentado inúmeras dificuldades na gestão desse Patrimônio, pela impossibilidade legal de fiscalizar o cumprimento da legislação de proteção (tarefa que é de competência das Sub-Prefeituras), pela impossibilidade de identificação do universo de bens de valor

ainda não protegidos existentes na cidade, em função do acúmulo de tarefas que cabem ao Departamento e em função da exigüidade de seu corpo técnico, (mas no que poderia ser auxiliado pela população e pelos técnicos das Sub-Prefeituras) e pela dificuldade em propor e efetivar a valorização dos bens protegidos (deficiência dos mecanismos de incentivo existentes e a inexistência de outros, que dependem de legislação específica, de iniciativa da Câmara Municipal, para serem criados).

O Programa aqui exposto pretende criar os caminhos que foram detectados como fundamentais para que sejam transpostas as barreiras que hoje prejudicam a boa atuação do Órgão de Preservação Municipal.

O produto que resultou desse trabalho é composto por uma série de power-points, inicialmente gravados em DVDs mas que deverão ser também divulgados via internet e através de outras mídias.

Esses power-points foram organizados de modo a agrupar os assuntos tratados em blocos e sub-blocos, obedecendo as divisões administrativa (Região/Sub-Prefeitura/Distrito) e as abordagens tratadas (conceitos/história/etc.), de maneira a permitir que a consulta a cada um desses blocos possa ser feita diretamente, possibilitando consultas direcionadas.

Os power-points, correspondendo um a cada uma das 31 Sub-Prefeituras estudadas, são compostos por um bloco comum a todos, onde estão os conceitos referentes às noções de Patrimônio Cultural, informações gerais sobre como se dá a Preservação desse Patrimônio, informações sobre o DPH/Conpresp e as outras instancias de proteção existentes (Condephaat e Iphan) e um histórico sobre a formação urbana de São Paulo.

Na seqüência existe um bloco que corresponde a cada uma das 9 Regiões em que está dividida a cidade, com dados históricos, geográficos e administrativos.

Nos blocos correspondentes a cada uma das Sub-Prefeituras, além de informações gerais sobre cada uma dessas áreas, estão referenciados os seus respectivos distritos administrativos. Nos textos relativos aos distritos estão detalhadas as informações referentes à história da formação de cada uma dessas unidades, suas particularidades atuais e ilustrados os bens tombados, pelas três esferas de Proteção, ali localizados.

Estão também listados os bens em processo de tombamento, em cada um dos distritos dessas Sub-Prefeituras, nas instancias municipal, estadual e federal.

Existem outros dois blocos, comuns a todos os power-points, onde, no primeiro, estão detalhadas as legislações que embasam a Preservação, nas instancias Nacional, Estadual e Municipal e, no segundo, os principais conceitos referidos nos textos.

Estão ainda listados os bens móveis tombados e em processo de tombamento pelo Conpresp.

Atualmente está sendo organizada a forma de divulgação e disponibilização do Programa, no sentido de procurar garantir que a sua existência seja de conhecimento de todos os técnicos envolvidos nas questões ligadas à preservação dos bens de valor cultural, fundamentalmente os técnicos ligados às Sub-Prefeituras, encarregados da fiscalização do cumprimento das legislações de proteção e também encarregados da aprovação das intervenções em parte das áreas protegidas.

Uma das intenções do Programa é preparar os técnicos das Sub-Prefeituras para que os mesmos passem a ser responsáveis pela aprovação das intervenções em todos os bairros tombados e nas áreas envoltórias dos bens isolados e conjuntos tombados, ficando, para o DPH, no que se refere à questão da aprovação de intervenções em bens protegidos, a tarefa de monitorar as intervenções em bens tombados isolados ou conjuntos edificados.

Atualmente a aprovação de intervenções em bens protegidos (quer sejam bens isolados, quer sejam bairros ou áreas urbanas) e em áreas envoltórias, é feita pelos técnicos de DPH, com exceção de alguns bairros tombados cuja transferência de análise já foi feita para as Sub-Prefeituras.

Cabe reforçar, mais uma vez, que a fiscalização de todas as intervenções em bens protegidos é de responsabilidade legal dos técnicos das Sub-Prefeituras.

A divulgação do Programa Patrimônio e Referências Culturais deverá ser direcionada, num segundo momento, à população em geral, procurando engajá-la de forma articulada.

Atualmente a população interage com o DPH/Conpresp quase que exclusivamente através de entidades preservacionistas que, no entanto, têm uma atuação limitada, voltada para a proteção principalmente de áreas dentro de seus círculos de interesse, deixando outras áreas e outros bens, de apelo mais local, de fora.

Produzido em linguagem técnica mas não hermética, o trabalho pretende esclarecer dúvidas ou eventuais

desconhecimentos quanto ao significado dos conceitos que embasam as ações de proteção; o significado de proteger e preservar; os instrumentos legais existentes na legislação municipal e brasileira para o exercício da proteção do patrimônio; quais os Órgãos que exercem essa tarefa; qual o papel das partes envolvidas no exercício da preservação.

O Programa também fornecer informações sobre a história da formação de cada uma das áreas (Sub-Prefeituras) tratada e sua configuração histórica e geográfica atual. Principalmente procura informar sobre o seu patrimônio já estudado e protegido (basicamente o edificado), a necessidade de preservá-lo e a importância das diferentes instâncias (administrativas e população) nesse processo, sem, no entanto deixar de referenciar o patrimônio imaterial.

Enfatiza que preservar é um processo contínuo que abarca também a contínua identificação de bens que ainda não se encontram legalmente protegidos ou registrados (no caso do patrimônio imaterial).

O Programa, gestado pelo DPH, foi detalhado e desenvolvido, sob a coordenação desse mesmo DPH, pela equipe da historiadora Marly Rodrigues.